

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA RELEITURA DO PROCESSO FORMADOR

Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça

**Doutora em Educação/UFU. Professora titular, aposentada da
Faculdade de Pedagogia/UNIRV. E-mail: zildamendonca@hotmail.com**

1. Introdução

O século XXI, desde o seu início, caracterizou-se como o século mais documentado, mas também o mais incerto (Imbernón, 2000). Não é preciso muito esforço para reconhecer os paradoxos que caracterizam a sociedade, a cultura, a economia, a educação, a política e tantos outros aspectos. Neste contexto, (re)pensar a formação de professores, inicial ou continuada, para qualquer nível de ensino, é tarefa que se apresenta como um enorme desafio para qualquer um. Contudo, é um exercício necessário uma vez que o modelo vigente, em seus diferentes aspectos, não atende às necessidades profissionais, pessoais e do mercado de trabalho.

Assim, o estudo se propôs a, mais uma vez, salientar algumas das dificuldades recorrentes no processo formador de professores para a educação básica de modo a contribuir com as discussões sobre as exigências estabelecidas pelos órgãos governamentais para as licenciaturas. Algumas questões orientam o trabalho: Por que as reformas e estudos não resultam em transformações exitosas na formação de professores para a educação básica? Quais as principais dificuldades no processo formador? Tais questões são (re)visitadas sem intenção conclusiva, preferencialmente salientando as interfaces que continuam em aberto nesse processo formador.

2. Metodologia

O estudo, ora proposto, privilegiou a modalidade descritiva, com abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica. Esta foi realizada conforme orientações de Severino (2016).

3. Desenvolvimento e resultados

A escolarização é uma exigência, cada vez mais acentuada, da sociedade atual. Em

tudo e para tudo se faz necessária a comprovação da escolaridade e os conhecimentos são, o tempo todo, testados através múltiplos meios. Dessa forma, leis e instrumentos governamentais de todas instâncias pretendem democratizar o acesso à escola, uma vez que além da classe média e elites, as classes populares engrossam a demanda pela escola e pela educação.

Para atender a tal demanda, a escola e os professores necessitam se conscientizar que se encontram imersos em uma complexidade que coloca em cheque a profissão docente. Com isso passa a exigir que o processo formador se modifique e supere as concepções de ensino e de aprendizagem as quais já não se reduzem no domínio dos conteúdos das disciplinas (estranques) e de metodologias de ensino. O professor, agora, deve lidar com o conhecimento em construção, com o imediatismo, com o utilitarismo e com o relativismo.

Nessa direção, “procurar saber como é que os sujeitos vão se formando professores tem sido uma preocupação dos que vêm pesquisando sobre a formação do educador. No fundo, o que se quer é saber de que modo o professor vai constituindo-se profissional ao longo de sua vida” (CASTRO e CARVALHO, 2001, p. 152). E no processo de enfrentamento rumo a uma proposta mais adequada para a formação do professor necessário, há que se considerar que

Cada nova ideologia, nova moda econômica ou política, pedagógica ou acadêmica, cada novo governante, gestor ou tecnocrata até de agências de financiamento se julgam no direito de nos dizer o que não somos e o que devemos ser, de definir nosso perfil, de redefinir nosso papel social, nossos saberes e competências, redefinir o currículo e a instituição que nos formarão através de um simples decreto. (ARROYO, 2000, p. 24)

E ainda são encontrados fatores de peso nesse processo que contribuem para as coisas não saírem do lugar.

A resistência de alguns e a perplexidade de muitos docentes têm como raiz a quebra da cultura e do pensamento únicos. É o entulho cultural de tempos autoritários que a sociedade e também a escola e os docentes custamos remover. Continuar apegados a essa cultura pragmática mercantilizada e a esse entulho será continuar reduzindo nosso papel docente a transmitir os conhecimentos científicos e técnicos basicamente nas suas dimensões úteis, práticas, na sua vinculação imediatista com uma visão estreita do conhecimento e da

ciência imposta pelo mercado. (ARROYO, 2000, p. 212)

Diante desta realidade, não é demais lembrar que:

A formação de professores em cursos específicos é inaugurada no Brasil no final do século XIX com as Escolas Normais destinadas à formação de docentes para as “primeiras letras”. Essas escolas correspondiam ao nível secundário de então. Devemos lembrar que nesse período, e ainda por décadas, a oferta de escolarização era bem escassa no país, destinada a bem poucos.

Nos inícios do século XX aparece a preocupação com a formação de professores para o secundário (correspondendo aos atuais anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio), em cursos regulares e específicos. A formação desse tipo de professor inicia-se com a criação de universidades. Até então esse trabalho era exercido por profissionais liberais ou autodidatas, mas há que considerar que o número de escolas secundárias era bem pequeno, bem como o número de alunos. (GATTI e BARRETO, 2009, p. 37)

E desde então, ao tratar sobre este tema há que se embrenhar, primeiramente, nas questões legais que embasam e orientam a criação e exercício de cursos formadores. Contudo, “mover-se em meio à legislação educacional sobre formação de professores, que comporta idas, voltas, remendos, complementos e iniciativas paralelas de poderes públicos, não é simples” (Id Ibid, p. 53). E com isso, as instituições, muitas vezes, ficam perdidas, confusas em meio a tantas exigências e mudanças. Às vezes, sem que ainda tenham contemplado resultados que advenham em qualquer análise ou reflexão por parte dos formadores, formandos e escolas sobre o que foi proposto para estudo e o que de fato ocorreu.

Mas não é só a questão legal que apresenta amarras para a formação docente. Não é relevante nesse momento, estabelecer ordem de importância e nem dar conta de todas as questões que se apresentam como lacunas, dificuldades, impossibilidades ou qualquer outro entrave para essa tarefa. Contudo, para esse processo, Gatti (2016) enfatiza:

O problema da formação de professores começa na faculdade. Os docentes de pedagogia e das licenciaturas – de matemática, língua portuguesa, biologia etc. – não sabem ensinar para quem dará aula. Isso porque eles mesmos não aprenderam como fazer isso. Para não dizer que a formação didática não existe, podemos dizer que ela é precária. A maioria dos futuros professores não aprende como lecionar. Não recebem na faculdade as

ferramentas que possibilitarão que eles planejem da melhor forma possível como ensinar ciências, matemática, física, química e mesmo como alfabetizar. Muitos de nossos professores saem da faculdade sem saber alfabetizar crianças. É um problema grave. (GATTI, 2016, s/p)

E a gravidade deste problema não encerra só com esta questão da didática e da ausência de formação docente dos professores formadores. Durante os cursos de Pedagogia e Licenciaturas, dentre outras situações há muito o que questionar e resolver sobre os estágios. As Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso, instituídas através das Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE nº 2/2002, determinam princípios, fundamentos, procedimentos que devem ser atendidos pelas instituições que formam professores para educação básica, ao estabelecerem as matrizes curriculares para os cursos oferecidos pelas mesmas.

Mas, tais instituições não conseguem responder à muitas perguntas inerentes à realização dos estágios obrigatórios. Pimenta e Lima (2012), apresentam vários questionamentos sobre o estágio, os quais merecem destaque: O estágio é a imitação de modelos? A prática se resume à instrumentalização técnica? O que se entende por teoria e por prática? Como o estágio superaria a dicotomia destas? De que forma o estágio aproxima o estudante da realidade? Como entender o estágio como pesquisa e como realiza-la no estágio? Que profissional se quer formar? Quais os caminhos da profissionalização docente? Para que serve o estágio para quem não exerce a profissão? E para quem já é professor? Quais fundamentos embasam os estágios nos cursos? Como ocorre a interação estágio com as outras disciplinas formativas? Como cumprir a alta carga horária de estágios no formato dos cursos oferecidos e para estudantes, preferencialmente, noturnos? Como têm sido planejados e operacionalizados os estágios? Quais os espaços de formação dos orientadores de estágios? Como têm sido apresentados os resultados dos estágios?

Essas e muitas outras perguntas sobre o tema são objetos de estudo por muitos pesquisadores. Contudo, a discussão e as propostas apresentadas ainda não chegaram a surtir os efeitos esperados, uma vez todos os envolvidos ainda não mudaram suas concepções e preferem a repetição da cultura enraizada de formação de professores.

Outra questão que merece destaque na formação de professores é a inserção nesta, das mídias e as tecnologias, e através delas, a educação a distância.

A educação a distância cresce, assume proporções gigantescas,

notadamente a oferta por instituições privadas de ensino, sem infraestrutura de apoio adequada. Algumas instituições de ensino superior têm apostado no sucesso da EAD, defendendo-a como solução para a baixa escolarização do povo brasileiro. Há certo ufanismo e as críticas são contestadas como fruto de preconceitos e resistências a mudanças. (GARCIA, 2009, p. 160)

Considerando os pontos que aparecem em destaque nesta provocação, faz-se relevante tomar as mídias e as tecnologias como potencializadoras temáticas para busca de fundamentação teórica que possa alinhar práticas de estudo, pesquisa e ensino, especialmente no que tange à formação de professores, através delas e para uso das mesmas.

Dentre tantos itens que incomodam quando se trata da formação docente, há que se falar dos analfabetismos. Em nosso país fala-se de analfabetos políticos, analfabetos funcionais, analfabetos digitais... E se se parar para pensar, há ainda outros analfabetismos. É fato que as tecnologias fascina, seduzem, hipnotizam seus usuários e os que contemplam à distância. O risco dessa situação se transformar contexto de alienação e fabricação de outras ignorâncias é latente. E nessa teia encontram-se professores, estudantes e toda a sociedade. E o que parece inovador pode ser a porta para novos analfabetismos.

O analfabetismo funcional é definido como:

Analfabetismo funcional é a incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples. Tais pessoas, mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas. Também é definido como **analfabeto funcional** o indivíduo maior de quinze anos possuidor de escolaridade inferior a quatro anos letivos. (WIKIPÉDIA, 2018, grifo no original)

O número de brasileiros que, embora aparecem nas estatísticas dos órgãos oficiais do país como alfabetizados, e na verdade **analfabetos funcionais**, é demasiado grande. Ainda em busca de dados mais precisos, para o momento é relevante destacar que tais pessoas não são capazes de realizar, de forma satisfatória, qualquer função ligada à leitura ou à escrita. Mal conseguem assinar o próprio nome. Às vezes, é necessário que alguém alfabetizado escreva seu nome para, então, copiá-lo, quando caso das eleições. Ler se aprende lendo. Escrever se aprende escrevendo. Quando estas práticas inexistem, o sujeito não forma o

hábito. E sem este, não há alfabetizados, embora tenham frequentado a escola.

Já analfabetismo político diz-se das pessoas que não se interessam por política. Não pesquisam, não estudam, não se informam, não participam, se recusam a ver e ouvir qualquer assunto que envolva o tema. Tais pessoas se instalam numa zona de conforto de tal modo que não evidencia qualquer consciência crítica. O discurso sempre será marcado pelas expressões: “detesto política”, “todos políticos são iguais”, “política não se discute”, “política é coisa para desocupado”.

Tais analfabetismos, quando presentes nos discursos e práticas dos professores formadores de professores, transforma-se em risco assustador de estar preparando gerações de docentes alienados e conformados.

4. Considerações Finais

O estudo se propôs a, sublinhar algumas das dificuldades recorrentes no processo formador de professores para a educação básica. Para tal chamou a atenção para a necessidade de escola e os professores se conscientizar que se encontram imersos em uma complexidade que desafia a profissão docente. E para tratar sobre o tema, há que considerar, primeiramente, as questões legais que embasam e orientam a criação e exercício de cursos formadores.

Mas a questão legal, sozinha, não representa todas as impossibilidades e impasses para a formação docente. Questões como os estágios, a relação teoria/prática, a realidade do aluno, os projetos de formação continuada, professores universitários sem formação para formar professores, falta de compromisso e preparo para pesquisa, analfabetismos dentre outros. Para cada item apresentado como questão são encontradas, na vivência no contexto formador para docência, perguntas, dúvidas, interpretações distorcidas, professores formadores que não sabem formar e mais um sem sim de impossibilidades ou entraves.

5. Referências

ANALFABETISMO Funcional. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo_funcional. Acesso: 30/3/2018.

ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes,

2000.

GARCIA, Dirce Maria F. (Org). *Formação e Profissão Docente em tempos digitais*. Campinas, SP: Alínea, 2009.

GATTI, Bernadete A. e BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernadete A. Nossas Faculdades não sabem formar professores. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/11/bernardete-gatti-nossas-faculdades-nao-sabem-formar-professores.html>. Acesso: 15 de março de 2018.

IMBERNÓN, Francisco (org). *A Educação no Século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Armed, 2000.

MOURA, Manoel O. de. A Atividade de ensino como Ação Formadora. In: CASTRO, Amelia D. de. E CARVALHO, Anna Maria P. de. (Org). *Ensinar a Ensinar: didática para a escola Fundamental e Média*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro L. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2016.